

Regina Maria A. Fonseca Gadelha

## **Federalismo, regionalismos, e governabilidade: aspectos da inserção do Brasil na nova ordem internacional**

### **Introdução**

A abordagem de um tema como "A governabilidade nas Américas e a agenda da segurança hemisférica" é abrangente e importante. Abrangente, porque a temática diz respeito às agendas externas e internas, à formação geopolítica e territorial dos países e também às estruturas dinâmicas, que incluem as esferas econômica, política, cultural e social cujo peso, de tradição histórica, se faz sentir sobre as sociedades atuais. Tema importante, a discussão envolve e interessa a todos aqueles que pensam os problemas nacionais e não somente ao círculo dos diplomatas, dos políticos e dos militares da Escola Superior de Guerra. Ou seja, a discussão interessa aos membros da sociedade civil, pois trata de assuntos ligados à própria segurança dos cidadãos analisada em seus vários níveis, entre os quais o militar não será único. E muito mais importante se torna a discussão, quando proposta por uma universidade da tradição da UNESP, pertencente a um país com a responsabilidade do peso econômico e a dimensão continental do Brasil, fronteiro com dez países da América do Sul (15.179 km de fronteiras e 7.408 km de litoral, mais o tamanho de sua população e área e recursos naturais)<sup>1</sup>. Assim, necessariamente a segurança nacional do Brasil e a segurança hemisférica significam uma problemática que afeta também a outros estados latino-americanos.

Nos últimos cinquenta anos, o tema de segurança hemisférica foi objeto recorrente das análises feitas por áreas militares ou a estas ligados. A temática, porém, estava inicialmente centrada na questão da segurança militar nacional - o Brasil e suas fronteiras, aspecto que se torna novamente relevante, a acreditar nas declarações mais recentes, feitas por militares norte-americanos de alta patente e por civis, como o Vice-Presidente Al Gore, que afirmou: "Ao contrário do que os brasileiros acham, a Amazônia não é deles. É de todos nós"<sup>2</sup>.

### **O caso do Brasil**

O Brasil neste século, sempre foi visto como sócio leal e necessário ao bloco ocidental de defesa militar, liderado pelos Estados Unidos da América. De fato, os Estados Unidos emergiram do após-guerra como líder absoluto do

---

<sup>1</sup> Cf. Chacon, Vamireh. *Globalização e Estados transnacionais. (Relações Internacionais no século XXI)*. Brasília, Arko Advice Editorial, 1998. p. 44.

<sup>2</sup> Declaração publicada por alguns dos mais conceituados periódicos do país e exterior. Reproduzida de *Carta Capital*. São Paulo, 27/out./1999. p.16.

chamado "mundo livre" capitalista, tendo desde então consolidado sua posição de liderança e dominação sobre a América Latina e outras partes. Em decorrência, os assuntos ligados à segurança interna nacional brasileira, após a guerra, foram tratados pelos dirigentes de nossas forças armadas sob a ótica do conceito de segurança hemisférica, apesar da ênfase nos aspectos geopolíticos da dimensão de nosso território. Nessas análises, o Brasil ocupa o papel natural de guardião do Atlântico Sul, ponta avançada da defesa americana neste hemisfério, conforme a abordagem formulada nos ensaios escritos entre 1952 e 1959, pelo então coronel do Exército Golbery do Couto e Silva, reunidos e publicados em livro em 1967.<sup>3</sup>

A ótica abordada pelo autor é a do Estado-nacional desenvolvimentista, tendo como parte de suas funções a obrigação de elaborar estratégias que assegurassem, ao mesmo tempo, segurança nacional e segurança hemisférica. Aos ideólogos estrategistas brasileiros, unicamente, cabia o dever de elaboração do que chama de estratégia nacional global. Esta estratégia encontra-se, em Golbery, desdobrada em estratégia política, estratégia econômica, estratégia psicossocial e estratégia militar, e obedece a uma política que deve procurar atender os objetivos nacionais permanentes (ONP) em seus interesses maiores. Para Golbery, esta estratégia devia ser pensada a partir das necessidades surgidas do pós-guerra, o que exigia adequação à realidade da inserção da nação em um universo sob forte mutação. Daí que seus objetivos fossem de natureza essencialmente políticos, a política sendo considerada única capaz de traduzir as aspirações e os interesses de toda a coletividade nacional<sup>4</sup>. Geopolítica e estratégia militar se complementam, fazem parte de um modelo de política nacional que visa a preservação dos valores universais de liberdade (ameaçada pelos comunistas). Por isso devia ser autônoma, adotada livremente pelos Estados-nacionais independentes. Realidade, portanto, oposta à pregada nos dias atuais pelos que defendem o consenso como conceito fundamental, ao qual devem se submeter a política dos estados na formulação de suas estratégias nacionais.

Gostaria de salientar este aspecto, por estar certa de que não podemos continuar a pensar a governabilidade na América Latina e a inserção de nossos países, o Brasil em particular, dentro do chamado consenso da globalização, sem uma contraposição crítica a respeito da forma pela qual a questão nacional vem sendo pensada nesta fase de predominância dos grandes conglomerados capitalistas-financeiros sobre os direitos das nações e seus cidadãos. Tenho em mente o alerta que me foi dado recentemente pelo mestre e amigo, professor Manuel Correia de Andrade, ao afirmar que "O Brasil é uma hipótese e os

---

<sup>3</sup> Silva, Gen. Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.

<sup>4</sup> Idem. Idem. p.104.

estados são partes. Daí o perigo do separatismo que seria um desastre para o Brasil".

Nesse sentido, parto do reconhecimento de que as formas de vida econômica da nação se reproduzem no nível local e regional. Mas, no Brasil, é no nível nacional - o Estado institucional normatizador e regulador - e não no local ou regional, que se adotam as políticas mediáticas que permitem a dominação e, até mesmo, a reprodução da riqueza e também da miséria<sup>5</sup>. Os exemplos das escolhas dos caminhos políticos trilhados pelo Brasil têm demonstrado que o eixo regional é fortalecido ou não pelo nível nacional. Portanto, defender os aspectos regionais e os nacionais, intrínsecos ao conceito de nação, significa não se deixar cooptar pelas várias formas de dependência colonial, que ressurgem na atualidade em decorrência da forma de inflexão dos países latino-americanos na economia internacional.

Hoje, entretanto, o cenário da guerra fria mudou. Porém, ao contrário do que divulgaram os ideólogos do (neo)liberalismo contemporâneo, nem a História acabou nem o Estado-nação se desintegrou, levado pela falência dos países pertencentes ao antigo bloco socialista, a Rússia primeiramente. Ao invés disso, a realidade demonstra ao lado da consolidação da hegemonia mundial dos Estados Unidos, o ressurgimento de regionalismos e localismos estimulados como forma de facilitar a dominação ou hegemonia americana. Assistimos, assim, o surgimento de novos pequenos estados, muitos dos quais emergidos dos países do leste europeu que se fragmentam, resistentes às velhas organizações dos estados nacionais, e se transmudam em atitude de conciliação perante os países hegemônicos de poder mundial, passando a ser aceitos no concerto das nações. Também assistimos a uma nova reformulação da geografia política global, com a reunião de estados grandes e pequenos<sup>6</sup>, sob a forma de federalismos ou confederações, que lhes permitem adotarem políticas defensivas a seus interesses e aos de seus cidadãos.

Em se tratando da América Latina e do peso específico do Estado brasileiro, chama a atenção a enorme dimensão territorial do país (8.500.000 km<sup>2</sup>) e, sobretudo, os aspectos políticos envolvendo a consolidação da unidade de seu território, que tem resistido aos impulsos centrífugos internos e externos os mais diversos, que afetaram o evoluir de nossa história. País federalista por

---

<sup>5</sup> Brunhoff, Suzanne de. "L'instabilité monétaire internationale". In: Chesnais, François. Org. *La mondialisation financière. Genèse, coût et enjeux*. Paris, Syros, 1996. p.51; Almeida, Lúcio Flávio de. "O Estado em questão: reordenamento do poder". In: Gadelha, Regina Maria A. Fonseca. Org. *Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais*. São Paulo, Educ, 1997. pp.113-4. Também a análise de Guimarães, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*. Rio de Janeiro/Porto Alegre, Contraponto/Ed.Universidade, 1999.

<sup>6</sup> Broder, Albert. "L'avenir des petits Etats et l'évolution de l'Europe communautaire". *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão 'Pequenos e Grandes Estados'*. Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1999. v.2. pp.157-66. [Separata].

dimensão territorial e vocação, assim têm-se mantido apesar dos esforços feitos desde o período colonial português, passando pelo governos monárquicos que antecederam à República e a esta própria, que desejam fazer triunfar o centralismo político-econômico, em benefício do locus da política central de poder, em detrimento da realização da federação. Federalismo na forma, interesses regionais e de estados contrariados, Brasil profundo ainda não consolidado, o Estado (governo) interferindo sobre projetos e desejos da nação, fenômeno que tantas vezes têm confundido as análises sobre a formação nacional do país, ao tropeçar nos conceitos fundamentais de estado e nação.

Dentro de nossa abordagem, os conceitos de estado e de nação se completam, não são dissociados. Entendemos por Estado os interesses coincidentes aos da própria Nação. Porém, não no sentido restrito apenas, de posse, por certos grupos humanos, de um sentimento específico de solidariedade frente a outros grupos. Como assinala Weber, a idéia de nação compreende também tanto os conceitos de comunidade de origem, como a busca e aceitação de destino político comum<sup>7</sup>. Assim, muito embora a idéia de nação possa ser objeto de discussões, o sentimento de nação refere-se à reunião dos interesses nacionais antes que os longínquos interesses internacionais, pois estes são sempre oportunisticamente mutantes e não permanentes, desenvolvidos em função de conjunturas favoráveis e visando benefícios de lucro e dominação, processo que se transforma ao sabor das correntes e dos interesses os mais variados. "O nacionalismo, escrevia Golbery, é ainda tôda a nossa nobreza. E, se não o fôr conscientemente, muito importa que o seja"<sup>8</sup>.

Definido o Estado como o território nacional (espaço envolvendo e assentado sobre realidades geográficas, econômicas, sociais e culturais), dotado de estrutura funcional, dele se sobressai a problemática da cidadania e o grau de consciência que dela possui cada povo, único verdadeiro cimento e do qual depende a consolidação e a sobrevivência da nação. Definição que parece ser a essência das propostas também feitas pelos teóricos, antigos e recentes, nacionais e estrangeiros, do Estado-nação<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Weber, M. *Economía y sociedad*. 1.reimpr. México, F.C.E., 1969. v.2. pp.679-80.

<sup>8</sup> Silva, Golbery do Couto e. *Geopolítica...* Op.cit. p.99.

<sup>9</sup> A lista seria longa, se quiséramos citar a todos. No Brasil a questão foi debatida desde os escritos dos revolucionários de Pernambuco, no século XIX, e outros, como Cristiano Barata, Tavares Bastos, Tobias Barreto, Alberto Torres, Alberto Salles, Euclides da Cunha, Barbosa Lima Sobrinho, Golbery do Couto e Silva, etc. Veja-se os trabalhos recentes de Chacon, Vamireh. *Globalização e Estados transnacionais*. Op.cit.; Guimarães, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*. Op.cit. pp.26-7; Vigevani, Tullo et alii. "Globalização e segurança internacional: a posição do Brasil". In: Dupas, Gilberto & Vigevani, Tullo. *O Brasil e as novas dimensões da segurança internacional*. São Paulo, Alfa-Omega/FAPESP, 1999. pp.53-83; Vidal, J.W. Bautista. *A reconquista do Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1997, entre outros.

De fato, conforme analisamos em trabalho anterior<sup>10</sup>, a adoção do modelo republicano-federalista em 1889 apenas veio atender à imposição imperativa das diversidades geográficas, econômicas e administrativas existentes, onde uma vez mais o ideal federalista do Brasil, em tanto que vocação nacional maior, demonstrou ser imperativo. Apesar disso, não se consolidou a Federação. No Brasil-nação, os estados apenas formam partes, seus problemas e reivindicações permanecendo desconsiderados pelas inúmeras constituições brasileiras que se sucederam àquela outorgada do Império, apesar de representarem eles o único verdadeiro locus da reprodução econômica e social real da nação.<sup>11</sup> Este fato, entretanto, vem confirmar a propalada "forma de se fazer política", própria das elites brasileiras e que lhes tem permitido, desde a independência, garantirem seus privilégios e interesses individuais acima dos interesses dos cidadãos e mesmo dos da própria nação. Política de consenso interno, mantido através de trocas e favores entre elites e seus representantes (municipais e estaduais) e o poder central, o que explica a enorme autonomia de que goza o poder executivo presidencial na unidade federativa sobre os interesses regionais dos Estados e municípios. E que apenas perpetua a manutenção dos conhecidos mecanismos de transferência de rendas, tanto das camadas populares em benefício das mais ricas, como da nação para o exterior. Tradição rompida, brevemente, com a promulgação da Constituição de 1988, celebrada pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, como sendo a verdadeira "Constituição Cidadã", hoje já esvaziada tanto em sua forma como em seu conteúdo. Nascera, porém, natimorta, pois já condenada pela ideologia do consenso global dominante.

Porém, este "consenso" não representa o desaparecimento nem do Estado (unidade territorial, geográfica, cultural, administrativa e política), nem da nação (expressão do conjunto de interesses da cidadania participativa). De fato, o estado-nação apresenta-se hoje mais vivo do que nunca, representado por estados maiores e estados menores; separados pelos conceitos de países centrais e países periféricos, aspecto expressivo da nova reorganização econômica mundial, conforme demonstra a análise elaborada por François Chesnais, nos meados dos anos noventa (1994)<sup>12</sup>.

Da mesma forma, a realidade demonstra o contrário das análises feitas pelos defensores do enfoque neoliberal e que indicam estar superadas as noções

---

<sup>10</sup> Gadelha, Regina Maria d'A. Fonseca. "Centralização e problemas regionais na formação econômica do Brasil". *Memórias do III Congresso Latinoamericano de la Universidad de Varsovia*. Warszawa, CESLA/Uniwersytet Warszawski, 1997. t.1. pp.99-106.

<sup>11</sup> Ibidem. Ibidem. Veja-se, ainda, a obra clássica de Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2.e. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

<sup>12</sup> Chesnais, François. *La mondialisation du capital*. Paris, Syros, 1994. Em especial o cap.1: Déchiffrer des mots chargés d'idéologie. pp. 14-32.

de polarização e a de pólos de desenvolvimento e dominação, substituídas pela de consenso, baseado na presença de um novo equilíbrio multipolar internacional em que supostamente desapareceriam explorados e exploradores<sup>13</sup>. Assistimos a uma nova tendência de concentração da polarização e agravamento das condições de realização das trocas internacionais (trocas desiguais), em detrimento daqueles países produtores de matérias primas, minérios e produtos agrícolas e commodities, à medida em que se produz um movimento de integração de países (o exemplo expressivo da União Européia e, em outra dimensão, a aliança do Japão com os tigres asiáticos)<sup>14</sup> que buscam, na convergência dos seus interesses, superar as diferenças para melhor defenderem suas empresas e os direitos de seus cidadãos contra o livre avanço das grandes potências, Estados Unidos em primeiro lugar<sup>15</sup>. Para Chesnais, este fato produz, no entanto, uma dupla polarização, de graves conseqüências para os países que se submetem ao consenso. Antes de tudo, a polarização é interna, seus efeitos revelando-se através da desindustrialização e um mais alto grau de desemprego, de maior concentração de rendas e financeirização de suas poupanças. A polarização revela-se também a nível internacional, pelo aumento do fosso existente entre países centrais (sede dos oligopólios dominantes) e países da periferia do sistema, processo que inclui todos os países da América Latina<sup>16</sup>, cujas estruturas foram desmontadas ao cederam às pressões das políticas e aberturas neoliberalizantes.

Para que este duplo movimento polarizador possa se processar, no entanto, é necessário a adesão das elites nacionais. Daí o chamado consenso, hoje transformado em conceito explicativo teórico, conforme demonstrado por José Augusto Guilhon Albuquerque<sup>17</sup>. Conceito que todavia não se encontra explícito através de nenhuma "dialética de ameaças", para usarmos a expressão

---

<sup>13</sup> Fonseca Jr., Gelson. "Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI..." e Albuquerque, José Augusto Guilhon. "Limites do conceito de bipolaridade". In: Dupas, Gilberto & Vigevani, Tullo. *O Brasil e ...* Op.cit. pp.17-42; 49-52, em especial pp.22-35, 49-50. Nesta direção, ainda, o trabalho citado de Broder, Albert. "L'avenir des petits Etats...".

<sup>14</sup> Resulta desta análise a importância dos argumentos estratégicos de defesa do bloco Mercosul contra a ALCA, proposta pelos norte-americanos, posição adotada pela diplomacia brasileira. Infelizmente, o espaço deste artigo não permite alongar. Veja-se, porém, Guimarães, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos...* Op.cit. pp.119-35.

<sup>15</sup> Assistimos recentemente, no Brasil, a defesa dos interesses privados americanos feita diretamente pelo Departamento de Estado e Embaixada daquele país, e a que cedeu o governo brasileiro em detrimento dos interesses nacionais, como é expressivo o exemplo da retaliação à retomada da CEMIG pelo governo de Minas Gerais e financiamento de grupo americano pelo BNDES, para aquisição do complexo hidrelétrico de Tietê, privatizado pelo estado de São Paulo em outubro de 1999, em prejuízo do grupo nacional Votorantim.

<sup>16</sup> Chesnais, François. Op.cit. pp.24-8, em especial o mapa p.26.

<sup>17</sup> Albuquerque, José Augusto Guilhon. Loc.cit. p.50.

do embaixador Gelson Fonseca Jr. e sim fruto de uma estratégia de dominação persistentemente elaborada pela inteligência americana e imposta, ao longo dos últimos cinquenta anos, a todos os países aliados e periféricos, submetidos à sua influência<sup>18</sup>. Idéias que penetraram na América Latina através de procedimentos ou estratégias, que são devidamente denunciadas pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães em recente trabalho. São elas<sup>19</sup>:

1) a inspiração, criação e expansão de 'agências internacionais', mantidas sob o controle hegemônico do governo americano, tais o Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas); a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte); o G-7 (hoje com 8 nações); a OMC (Organização Mundial de Comércio, antigo GATT); a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico); o FMI (Fundo Monetário Internacional); o BID e o BIRD; a AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica); o NAFTA (North American Free Trade Association) e outras estruturas garantidas por tratados internacionais, encarregadas de consolidarem a hegemonia norte-americana em escala mundial.

2) a inclusão e cooptação de novos países membros para participarem dos conselhos destas organizações. Estes países se sentem honrados em tomarem assento e pertencerem às estruturas internacionais de poder. Exemplos recentes desta estratégia, citados pelo autor, foram a incorporação, na prática, da Rússia ao G-7; a proposta de inclusão da Alemanha e do Japão no Conselho de Segurança das Nações Unidas; a expansão do número de países membros participantes da União Européia, pela incorporação de pequenos e médios países da Europa; a recente incorporação dos países da Europa Oriental à OTAN e correspondente expansão de sua área geográfica de atuação; a criação do NAFTA com a incorporação do México à Free Trade Area (FTA) já existente entre o Canadá e os E.E.U.U.; a ascensão da China à OMC. Entretanto, ao mesmo tempo em que se "premia" a adesão de alguns, "impõe-se" normas e sanções de todo o tipo aos países não-alinhados, como são exemplos flagrantes os casos de Cuba, do Vietnã, da Coreia do Norte, do Iraque, da Líbia e, mais recentemente, da Iugoslávia, com a Província de Kosovo.

---

<sup>18</sup> Trata-se aqui da adesão às políticas e propostas do chamado "consenso de Washington", preconizadas pelo FMI e aceitas pelos governantes da maioria dos países periféricos, sobretudo os do norte da África e da América Latina. A denúncia dos princípios exigidos pelo "consenso" encontra-se em Lima Sobrinho, Barbosa et alii. *Em defesa do interesse nacional. Desinformação e alienação do Patrimônio Público*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994. Entre estes artigos, Tavares, Maria da Conceição. "O Dissenso de Washington". pp.67-80, e Batista, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. pp.99-144.

<sup>19</sup> Guimarães, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia...* Op.cit. cap.3§: pp.31-93 e cap.8: pp. 57-62.

3) a elaboração de conceitos, visões de mundo e toda sorte de ideologias e modismos, que passam a ser adotados por toda parte. Estas "ideologias" se apresentam como neutras. Porém, a suposta "neutralidade" de sua elaboração conceptual e do seu foco central inicial são fundamentais para a preservação e perpetuação das estruturas hegemônicas de poder. Assim, preferencialmente elas devem ser elaboradas por quadros técnicos, supostamente imparciais e independentes, cuidadosamente escolhidos para serem colocados à frente de organizações ou de agências nacionais e internacionais, de onde são transmitidas as novas "ideologias". Sua fonte inicial de transmissão garantindo-lhes credibilidade suficiente para colocá-las acima de governos e estados nacionais.

4) a formação, nos países da periferia, de elites e quadros que sejam simpáticos admiradores das estruturas hegemônicas de poder. Estes quadros são conquistados através de antigos procedimentos de difusão cultural vários, como bolsas de estudo, programas de pesquisadores visitantes, visitas de personalidades políticas e formadores de opinião, etc<sup>20</sup>.

5) a atuação dos meios de comunicação de massa, que banalizam as questões quotidianas, como amor, vingança, relações de trabalho, criminalidade, ao lado de comentários e críticas que atingem políticos e Estados, mas não seus governantes, envolvendo técnicas de propaganda e marketing conhecidas.

De maneira geral as práticas de globalização ou mundialização, acima delineadas, vêm se manifestando, com desigual intensidade, em todos os continentes. Tendência que se manifesta também em outras partes, atingindo as percepções e as consciências dos vários agentes sociais e contagiando os membros de diferentes segmentos da sociedade civil (governos, instituições, sindicatos, universidades, igrejas, mídias)<sup>21</sup>.

O ideário do modelo adotado é simples e há mais de 10 anos assistimos sua progressiva implantação na América Latina, em todos os níveis, sem que se possa observar melhoria na situação econômica e social, na concentração de renda e redução da miséria absoluta em que vive a maioria das populações desses países. Porém, conduzidos pelas várias missões do FMI, governos da América Latina aceitaram adotar o receituário do chamado "consenso de Wa-

---

<sup>20</sup> Gadelha, Regina Maria d'A. Fonseca. "Universidade e integração econômica regional". In: Ribeiro Júnior, José. Org. *O papel da Universidade e da Pós-graduação no processo de integração econômica regional*. São Paulo, AUIP/UNESP, 1997. pp.33-53. O fenômeno da co-optação de intelectuais formados na América Latina é antigo, cf. demonstra também Ribeiro, Darcy et alii. *La Universidad Latinoamericana*. Montevideo, Universidad de la Republica, 1968.

<sup>21</sup> Gadelha, Regina Maria d'A. Fonseca. "Impactos da globalização nos Projetos das elites nacionais". *Revista Cultura Vozes*. (A vaca louca da globalização). Petrópolis, Vozes, 92 (1):32-42; Chomsky, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo, Scritta, 1996, em especial cap.2; Vidal, J.W. Bautista. *A reconquista...* Op.cit. p.30; Guimarães, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de...* Op.cit.

shington" e se submeter às determinações dos organismos internacionais. Nesse sentido, implantaram as chamadas Reformas Estruturais, que incluem o aprofundamento da arrecadação fiscal; total abertura comercial e financeira; fim das restrições ao capital externo, que passou a atuar nesses países com igualdade de condição com as instituições nacionais; o desaparecimento das previdências e seguranças sociais; a adequação do aparelho do Estado às regras restritas dos gastos orçamentários, com redução, sobretudo, dos gastos em programas de saúde e educação, incluindo gastos essenciais com pessoal alocado em serviços de infra-estrutura e em pesquisa científica; a aceleração dos processos de privatização total dos bens, empresas e serviços; a reformulação da legislação que regula e flexiona o mercado de trabalho.

Um exame mais apurado dessas medidas, feitas em nome da necessidade de atrair investimentos e acelerar a modernização, demonstra que sua aplicação, nos moldes realizados, apenas tem garantido as mais variadas formas de incursões especulativas sobre as economias dos países. Mesmo assim, apesar dos esforços efetuados pelos governantes brasileiros, nesta última década, para cumprirem as metas exigidas pelos credores estrangeiros e pelos organismos financeiros internacionais, acentuam-se as contradições advindas de diferentes formas de desequilíbrios, algumas das quais, no entanto, já haviam sido controladas ou mesmo desaparecido. Entre outros desequilíbrios que se agravam, podemos citar o desequilíbrio, hoje tornado crônico, das transações correntes; as dívidas externas e internas aumentadas e privatizadas (no Brasil absorvendo mais de 51% do PIB); a concentração de riquezas; o endividamento dos consumidores; a falência de antigas e consolidadas empresas nacionais; o desemprego crescente e de difícil reversibilidade; a marginalidade e a violência social; a recessão e a estagnação da economia; o retorno de doenças consideradas vencidas como tuberculose, cólera, dengue, lepra e outras; o analfabetismo e baixo nível cultural, acompanhada por ausência crescente de cidadania; o surgimento de novas seitas; o narcotráfico dominante; a desurbanização; as denúncias de corrupção nos altos e baixos escalões do governo, ligados a empresas privadas; a desorganização dos serviços públicos e dos aparelhos de Estado em todos os níveis; o crescente desprestígio das instituições nacionais. Fatores que dificultam aos indivíduos a conscientização do processo e conseqüente possibilidade de (re)organização política, capaz de assegurar durabilidade à democracia e garantir os direitos de cidadania<sup>22</sup>. Assim, a aceitação da teoria da modernização dependente gera hoje novos problemas, para os quais ela não deu soluções, qual seja o das marginalidades econômica, regional e da exclusão social.

---

<sup>22</sup> Gadelha, Regina Maria d'A. F. "Trabalhadores e questão nacional na América Latina". *Revista PUC Viva*. São Paulo, APROPUC, 4 : 62-69, março 1999, em especial pp.68-9. Idem. "Globalização e crise estrutural". In: Dowbor, L., Ianni, O. & Resende, P.-Edgar A. Org. *Desafios da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1998. pp. 256-69.

Em trabalho preliminar apresentado no II Encontro Nacional de Economia Política<sup>23</sup>, realizado em São Paulo, procurei analisar como o atual movimento de expansão do capital internacional tem mascarado e acobertado o verdadeiro sentido da ascensão das políticas e práticas neoliberais, em tanto que processo de dominação colonial. Esta ascensão foi possível, em parte, graças à incompreensão (quando não a conivência), de frações dirigentes, quanto ao verdadeiro significado e conseqüências da aceitação do ideário neoliberal adotado para o país<sup>24</sup>. Entretanto, na atualidade, reaparece a necessidade de retomada do crescimento e melhoria dos índices de desenvolvimento, acompanhado por graves problemas ligados ao nível de governabilidade, questionando a legitimidade das ações de governos, portanto eleitos por processos democráticos, em várias partes do continente. Problema tanto mais preocupante, quando sabemos que estes governantes devem suas eleições, em parte, através da instrumentalização do processo democrático, após longo período em que a América Latina esteve submetida a governos ditatoriais, apoiados pelas mesmas forças políticas externas e internas, que hoje garantem a hegemonia da dominação neoliberal. Problema que se expressa através da ausência de um projeto de afirmação nacional e a urgência manifesta pelos atuais dirigentes em fazerem adotar as regras e as práticas neoliberais em seus países.

Graças às diversas formas de dominação e de cooptação, acima descritas, a adoção do ideário neoliberal pôde ser apresentado para as diversas camadas de nossas sociedades como vantajosa, prometendo-se a estas o progresso e enriquecimento imediato, que seria atingido com a aceleração da adoção de novas tecnologias centradas nos processos de robótica e informática. Escondeu-se, no entanto, que este processo de globalização tecnológica beneficia, de maneira desigual, produtores e consumidores, empresários capitalistas e trabalhadores, países detentores de altas tecnologias e os demais, facilmente desindustrializáveis, por serem países de industrialização recente<sup>25</sup>.

Não se pode, porém, desprezar o valor estratégico dos países periféricos, sobretudo aqueles que, como o Brasil, já possuem desenvolvimento próprio em tecnologias industriais de grau elevado, território de dimensão e população, possibilidade de solaridade, grandes reservas naturais, biológicas e minerais estratégicos<sup>26</sup>. O que, sem dúvida, vem contribuindo para acirrar a corrida comercial entre os E.E.U.U. e seus aliados dos países centrais, em busca do con-

---

<sup>23</sup> Gadelha, Regina Maria d'A. Fonseca, "Impactos da globalização nos Projetos das elites nacionais". *II Encontro Nacional de Economia Política*. PUC/SP, 27 a 30/maio/1997. São Paulo, 1997. v.2. pp. 58-64.

<sup>24</sup> Idem. *Ibidem*. p. 59. Idem. "Teoria da dependência, ideologia do colonizado". Trabalho apresentado na I Semana de Relações Internacionais. Rio de Janeiro, UERJ, 25/nov./1998. [No prelo].

<sup>25</sup> Idem. *Ibidem*. pp. 60-1.

<sup>26</sup> Cf. os trabalhos do Prof. J.W. Bautista Vidal; idem Samuel Pinheiro Guimarães.

trole de regiões que permitam às grandes organizações afastarem os perigos de provisão de energia, matérias primas e minerais estratégicos, além dos evidentes benefícios advindos do controle das fontes maiores de biodiversidade (conhecidas ou não), como as existentes na bacia amazônica e que poderão colocar em perigo as fronteiras hoje reconhecidas pertencentes ao Brasil<sup>27</sup>.

### Conclusão

As assimetrias existentes entre os vários países da América Latina demonstra que o antigo esquema - centro-periferia - pensado em sua forma clássica, de organização geopolítica que dividia as zonas e hemisférios em países centrais e países periféricos, em países produtores de bens de capital e intermediários e países produtores de bens de salário, não se encontra superado. Esta mesma divisão reproduz-se na América Latina e no seio da própria sociedade brasileira, apresentando também sensíveis graus de diferenciação entre os níveis de desenvolvimento e conscientização política regional. Por outro lado, a história recente tem revelado os efeitos devastadores da competição internacional sobre o espaço latino-americano.

No caso brasileiro, torna-se evidente a fragilidade do caráter heterogêneo do processo de industrialização, aprofundado nos anos setenta e oitenta, ocasionando diferentes formas de desequilíbrios, inclusive a níveis regionais, e que tornam mais difíceis pensar a superação dos problemas de miséria e exclusão. Para os trabalhadores das grandes empresas ligadas aos setores de produção, possuidoras de alta composição de capital e alto valor agregado, o chamado "custo de mão-de-obra" revela-se irrelevante. Porém, mesmo nesses setores aprofunda-se a crise econômica e social, à medida em que a automação e a robotização levam necessariamente à supressão de postos de trabalho e empregos, pressionando igualmente os salários e, no limite, o poder aquisitivo dos assalariados e as demandas inter-setoriais<sup>28</sup>.

A este modelo brasileiro de exclusão social, resta-nos acrescentar a profunda redução e desaparecimento de empregos e salários, ocorrida também em

---

<sup>27</sup> Entre outros, os estudos já citados de Golbery do Couto e Silva e J.W. Bautista Vidal. Também Ab'Sáber, Aziz Nacif. *Amazônia. Do discurso à praxis*. São Paulo, Edusp, 1997. Sobre a cobiça dos países centrais à Amazônia, Pinto, Lúcio Flávio. *Carajás, o ataque ao coração da Amazônia*. 2.e. Rio de Janeiro, Marco Zero/Studio Alfa, 1982. A bibliografia, porém, é ampla e ultrapassa os limites deste trabalho. Veja-se, o artigo e citações bibliográficas indicadas por Fonseca, Célia Freire A. "Das expedições contra as Missões Jesuíticas do sul às fronteiras gerais do Brasil contemporâneo: séculos XVII-XX". In: Gadelha, Regina Maria A. F. Ed. *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo, Educ/FAPESP, 1999. pp. 65-82.

<sup>28</sup> cf. Coutinho, Luciano & Ferraz, João Carlos. Coord. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. 2.e. Campinas, Papirus/Unicamp, 1994. Também Casseb, Norma Cristina Brasil. *Perfil dos investimentos e distribuição de renda na economia brasileira (1970-1993)*. Tese de Doutorado. São Paulo, FEA-USP, 1995. pp.193-5.

outras partes da América Latina, em países como Chile, México, Peru e Argentina, já que o nível atual necessário ao desenvolvimento tecnológico é determinado a partir dos países centrais. Nível, ademais, que indica o grau alcançado pelas tecnologias mais avançadas e que transformam o trabalho vivo em trabalho virtual. Portanto, o nível dos processos de produção modernos (assim como o que se produz), depende cada vez mais de um aprofundamento do processo de acumulação em escala mundial e não apenas das antigas formas de trabalho individualizado<sup>29</sup>. Por outro lado, novos procedimentos tecnológicos, quando transplantados para os países periféricos, agravam a situação pré-existente do desemprego estrutural, provocando uma retração do movimento sindical dos trabalhadores, ameaçados pela flexibilização dos empregos e salários.

Estamos, portanto, diante de novas realidades duais, onde a inserção do Brasil e do continente latino-americano face à globalização tende a acentuar as diferenças entre países e regiões, assim como as diferenças internas locais e regionais, para as quais o sistema capitalista não oferece solução. Ao contrário, acentua-se o fosso em decorrência das defasagens de sistemas e métodos de tecnologia diferenciada, fazendo ressurgir, no limite, nas áreas periféricas do sistema, todas as formas de trabalho e servidões outrora conhecidas<sup>30</sup>. Portanto, a execução da "modernidade" regressiva e conservadora liberal, acompanhada pela incapacidade demonstrada pelas suas elites empresariais latino-americanas em contraporem este modelo através da apresentação de um projeto de desenvolvimento social e industrialização tecnológica mais agressiva, significa, em países como os nossos, o desaparecimento ou a precarização dos empregos e o surgimento de formas marginais de trabalho.

Muitos dos desequilíbrios existentes foram decorrência de escolhas econômicas feitas no passado, nem sempre seguindo os interesses maiores da nação, seja a nível regional como nacional. Porém, estes aspectos ligados aos mecanismos conservadores de poder no Brasil, raramente têm sido percebidos e apontados. No entanto, a situação hoje extraordinariamente se agrava, com a desindustrialização e alienação do patrimônio nacional, com a ampliação da alta concentração da renda, já citada, separando o país entre classes e regiões, e podendo levar à deflagração de conflitos locais de intensidade variável, capacidade e extensão imprevisíveis, como os que já se verificam através dos movimentos sociais de luta dos trabalhadores sem-terra e dos sem-teto em outros (coletivos ou isolados) de maior ou menor ênfase política e que já se alastram por toda a América Latina.

---

<sup>29</sup> Gorz, André. *Misères du présent. Richesse du possible*. Paris, Galilée, 1997; ainda Gadelha, Regina Maria A. Fonseca. "Globalização e crise...". Loc.cit. pp.53-5.

<sup>30</sup> Cf. Quijano, Aníbal. *La economía popular y sus caminos en América Latina*. Lima, Mosca Azul, 1998. Também, Gorz, André. *Misères du présent...* Op.cit.

Nos anos recentes, em todo o período que medeia o processo de redemocratização do Brasil, marcado por uma sucessão de planos econômicos e recessivos, até a atual crise financeira que atingiu o Plano Real, assistimos à quase unânime submissão dos governantes e de seus auxiliares aos ditames exteriores, incluindo compromissos com agentes privados financeiros, cujos interesses passam a ser defendidos em detrimento dos interesses nacionais. Ao mesmo tempo aprofunda-se o divórcio entre o Estado (governo central) e os interesses da nação, fazendo reaparecer novas formas da "ideologia do colonizado" tanto a nível cultural como econômico, que vêm sendo divulgadas pelas mídias. Atitudes que hoje colocam em risco a segurança da nação, a integridade de suas fronteiras e mesmo o futuro da possibilidade de governabilidade democrática do país.

No Brasil, a ausência de um pacto federativo, apoiado na cidadania participativa e consciente, em território de enorme extensão continental, traz em seu bojo, portanto, o perigo de secessão, acompanhado de anarquia civil e fragmentação territorial, alimentado pelo regionalismo separatista, sentimento latente na sociedade brasileira desde o século XIX. Parafraseando o professor Vamireh Chacon<sup>31</sup>, podemos com ele afirmar: "Autêntico internacionalismo é inter-nacionalismo. Cultura é uma questão de fé (a lição maior de Max Weber): cultura que não crê em si, não dura nem fecunda; para durar e fecundar, precisa de mínimo denominador comum de valores sociais, éticos e culturais, mais distribuição de renda e de acesso à educação. Uma casa dividida não sobreviverá, Lincoln repetia a Bíblia para advertir os Estados Unidos de sua época, dividido pelo escravismo e separatismo".

### **Bibliografia:**

**Ab'Saber, Aziz Nacif.** *Amazônia. Do discurso à praxis.* São Paulo, EDUSP, 1997.

**Albuquerque, José Augusto Guilhon.** "Limites do conceito de bipolaridade". In: DUPAS, Gilberto & VIGEVANI, Tullo. Org. *O Brasil e as novas dimensões da segurança internacional.* São Paulo, Alfa-Omega/FAPESP, 1999. pp. 49-52.

**Almeida, Lúcio Flávio de.** "O Estado em questão: reordenamento do poder". In: GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Org. *Globalização, Metropolização e Políticas neoliberais.* São Paulo, EDUC, 1997. pp.111-23.

**Anderson, Perry.** "Balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir e GENTILLI, Pablo. Org. *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático.* 10.e. (1.reimp.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995. pp. 9-23.

**Arrighi, Giovanni.** *O longo século XX.* Rio de Janeiro, Contraponto/ UNESP, 1996.

---

<sup>31</sup> Chacon, Vamireh, *Globalização e Estados transnacionais*, Loc.cit. pp. 26-7.

**Broder, Albert.** *L'avenir des petits Etats et l'évolution de l'Europe communautaire.* Actas dos V Cursos Internacionais de Verão 'Pequenos e Grandes Estados'. Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1999. v.2. pp.157-66. [Separata].

**Brunhoff, Suzanne de.** "L'instabilité monétaire internationale". In: CHESNAIS, François. Org. *La monétarisation financière. Genèse, coût et enjeux.* Paris, Syros, 1996. pp. 33-57.

**Casseb, Norma Cristina** *Brasil. Perfil dos investimentos e distribuição de renda na economia brasileira (1970-1993).* Tese de Doutorado. São Paulo, FEA-USP, 1995.

**Chacon, Vamireh.** *Globalização e Estados transnacionais.* (Relações Internacionais no século XXI). Brasília, Arko Advice Editorial, 1998. [Cadernos de Política Comparada].

**Chesnais, François.** *La mondialisation du capital.* Paris, Syros, 1994.

\_\_\_\_\_. Org. *La mondialisation financière. Genèse, coût et enjeux.* Paris, Syros, 1996.

**Chomsky, Noam.** *A minoria próspera e a multidão inquieta.* Brasília, UNB, 1996.

\_\_\_\_\_. *Novas e velhas ordens mundiais.* São Paulo, Scritta, 1996.

**Coutinho, Luciano; Cassiolato, José Eduardo e Silva, Ana Lucia G. da.** Org. *Telecomunicações, globalização e competitividade.* Campinas, Papirus, 1995.

**Coutinho, Luciano & Ferrraz, João Carlos.** Coord. *Estudo da competitividade da indústria brasileira.* 2.e. Campinas, Papirus/Unicamp, 1994.

**Dockcs, Pierre e Rosier, Bernard.** *L'Histoire ambiguë. Croissance et développement en question.* Paris, PUF, 1988.

**Dowbor, Ladislau; Ianni, Octávio e Resende, Paulo-Edgar A.** *Desafios da globalização. 1.e.* Petrópolis, Vozes, 1997.

**Duaps, Gilberto & Vigevani, Tullo.** Org. *O Brasil e as novas dimensões da segurança internacional.* São Paulo, Alfa-Omega/FAPESP, 1999.

**Fonseca, Célia Freire A.** "Das expedições contra as Missões Jesuíticas do sul às fronteiras gerais do Brasil contemporâneo: séculos XVII-XX". In: Gadelha, Regina Maria A. F. Ed. *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea.* São Paulo, EDUC/FAPESP, 1999. pp.65-82.

**Fonseca Jr., Gelson.** "Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI". In: Dupas, Gilberto & Vigevani, Tullo. Org. *O Brasil e as novas dimensões da segurança internacional.* São Paulo, Alfa-Omega/FAPESP, 1999. pp. 17-42.

**Gadelha, Regina Maria d'Aquino Fonseca.** *Centralização e problemas regionais na formação econômica do Brasil.* Memórias do III Congresso Latinoamericano de la Universidad de Varsóvia. Warszawa, CESLA/Unwersytet Warszawski, 1997. v.1. pp.99-106.

\_\_\_\_\_. "Globalização e crise estrutural". In: Dowbor, L.; Ianni, O. & Resende, Paulo-Edgar. Org. *Desafios da globalização. Petrópolis, Vozes, 1997. pp.256-69.*

\_\_\_\_\_. Org. *Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais.* São Paulo, EDUC, 1997

\_\_\_\_\_. Ed. *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea.* São Paulo, EDUC/FAPESP, 1999.

\_\_\_\_\_. *Impactos da globalização nos projetos das elites nacionais*. Revista Cultura Vozes. (A vaca louca da globalização). Petrópolis, Vozes, 92 (1) : 32-42. 1998. [Versão resumida in: II Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, PUC-SP, 1997. v.2. pp. 58-64].

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores e questão nacional na América Latina*. Revista PUC Viva. São Paulo, APRÓPUC, 4 : 62-69.

\_\_\_\_\_. "Universidade e integração econômica regional". In: Riberiro Junior, José. Org. *O papel da Universidade e da Pós-graduação no processo de integração econômica regional*. São Paulo, AUIP/UNESP, 1997. pp. 33-53.

**Gorz, André**. *Misères du présent. Richesse du possible*. Paris, Galilée, 1997.

**Guimaraes, Samuel Pinheiro**. *Quinhentos anos de periferia*. Rio de Janeiro/Porta Alegre, Contraponto/Ed. Universidade, 1999.

**Leal, Victor Nunes**. *Coronelismo, enxada e voto*. 2.e. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

**Leite Soares, Paulo de Tarso**. "Imperialismo e políticas neoliberais". In: Gadelha, Regina Maria A. Fonseca. org. *Globalização, Metropolização e Políticas neoliberais*. São Paulo, EDUC, 1997. pp. 147-56.

**Lessa, Carlos et alii**. *Pobreza e política social: a exclusão dos anos 90*. Praga. Estudos marxistas. São Paulo, (3) : 62-87. Hucitec. setembro 1997.

**Lima Sobrinho, Barbosa et alii**. *Em defesa do interesse nacional. Desinformação e alienação do patrimônio público*. 3.e. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

**Miyamoto, Shiguenoli**. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, Papirus, 1995.

*MSIA - Movimento de Solidariedade Ibero-Americana*. A globalização destrói as bases do Estado nacional. Rio de Janeiro, Informe Especial, setembro 1996.

**Pacheco, Carlos A**. *Desconcentração econômica e fragmentação da economia regional*. Economia e Sociedade. Campinas, (6) : 113-40. Unicamp. junho 1996.

**Petrella, Riccardo**. Dir. *Los limites de la competitividad*. Tradução. Buenos Aires, Universidad de Quilmes/Sudamericana, 1996.

**Pinto, Lúcio Flávio**. *Carajás, o ataque ao coração da Amazônia*. 2.e. ampliada. Rio de Janeiro, Marco Zero/Studio Alfa, 1982.

**Quijano, Aníbal**. *La economía popular y sus caminos en America Latina*. Lima, Mosca Azul, 1998.

**Ribeiro Junior, José**. Org. *O papel da Universidade e da Pós-graduação no processo de integração econômica regional*. São Paulo, UNESP/AUIP, 1997.

**Sader, Emir e Gentili, Pablo**. Org. *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. 10.e. (1.reimp.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

**Silva, General Golbery do Couto e**. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.

**Tavares, Maria da Conceição**. "O dissenso de Washington". In: Lima Sobrinho, Barbosa et alii. *Em defesa do interesse nacional. Desinformação e alienação do patrimônio público*. 3.e. atualizada. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995. pp. 67-80.

**Vidal, José W. Bautista**. *A reconquista do Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1997.

**Vigevani, Tullo; Correa, Priscila Rodrigues e Cintra, Rodrigo.** "Globalização e segurança internacional". In: Dupas, Gilberto & Vigevani, Tullo. *Org. O Brasil e as novas dimensões da segurança internacional*. São Paulo, Alfa-Omega/FAPESP, 1999. pp.53-83.

**Weber, M.** *Economía y sociedad*. 1.reimpressão. Mexico. F.C.E. 2 v. v. 2.